

LAURA
MARIA JESUS
RODRIGUES

Assinado de forma digital por
LAURA MARIA JESUS RODRIGUES
Dados: 2021.11.12 15:08:40 Z

AJUSTE DIRETO

[Nos termos do Código dos Contratos Públicos (CCP)]

Processo n.º AD/F.00019.2021

CADERNO DE ENCARGOS

Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual

CADERNO DE ENCARGOS

PARTE I **DISPOSIÇÕES GERAIS**

Cláusula 1.ª

Definições

Para efeitos do presente Caderno de Encargos, apresentam-se ou adotam-se as seguintes definições:

- a) **Adjudicatário/a** – entidade convidada a quem se adjudica a execução do contrato.
- b) **CCP** – Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com a sua atual redação;
- c) **Contrato** – contrato a celebrar entre a entidade adjudicante e o/a adjudicatário/a nos termos do presente caderno de encargos;
- d) **Entidade Adjudicante** – Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras (SMAS TV).

Cláusula 2.ª

Caderno de Encargos

O presente caderno de encargos estabelece as condições jurídicas, técnicas e económicas do contrato a celebrar no âmbito do presente procedimento.

Cláusula 3.ª

Objeto

A contratação tem por objeto a **Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual** com o Código **CPV 18143000-3 - Equipamento (vestuário) de proteção**.

Cláusula 4.ª

Contrato

Conforme o que dispõe a subalínea i) da alínea c) do n.º 1 do artigo 95.º do CCP, não é exigível a redução do contrato a escrito.

Em caso de divergência entre o Convite e o Caderno de Encargos, prevalece este último.

Cláusula 5.ª

Preço base

1. **O preço base** - sendo o entendido como preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações objeto do contrato a celebrar - é de 16.505,00€ (acrescido de IVA à taxa legal em vigor).

2. Nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP será excluída a proposta caso apresente preço contratual superior ao preço base.

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Cláusula 6.ª

Obrigações principais do/a adjudicatário/o

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos, ou nas cláusulas do contrato, decorrem para o/a adjudicatário/a as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de executar o contrato de acordo com as cláusulas técnicas do presente Caderno de Encargos e da proposta adjudicada;
- b) Obrigação do cumprimento do prazo de entrega de acordo com o indicado na proposta.
- c) Obrigatoriedade de entrega das fichas técnicas e respetivos certificados exigidos por lei.
- d) Obrigatoriedade de entrega do equipamento, na totalidade, no Centro Operacional Municipal, sito em Paúl – Torres Vedras.

Cláusula 7.ª

Proteção de dados

1. O/a adjudicatário/a, durante a vigência do Contrato e após a sua cessação, obriga-se a:

- a) Observar, escrupulosamente, o regime legal da proteção de dados pessoais, aprovado pelo Regulamento (UE) n.º 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de

2016, e pela Lei n.º 58/2019 de 8 de agosto, empenhando-se em proceder a todo o tratamento de dados pessoais que venha a mostrar-se necessário ao desenvolvimento do Contrato no estrito e rigoroso cumprimento da Lei;

- b) Manter a confidencialidade sobre todos os documentos, dados e informações obtidos em virtude da execução do Contrato, que se refiram aos SMAS TV e aos/às seus/suas Trabalhadores/as.

2. Ao/À adjudicatário/a cabem as seguintes obrigações:

- a) O tratamento dos dados pessoais obedecerá às instruções documentadas do/a responsável pelo tratamento, incluindo no que respeita às transferências de dados para países terceiros ou organizações internacionais, exceto se for obrigado a fazê-lo pelo direito da União ou do Estado-Membro a que está sujeito, informando nesse caso o/a responsável pelo tratamento desse requisito, antes de proceder a essa transferência, salvo se tal informação for proibida por motivos de interesse público;
- b) Garante que as pessoas autorizadas a tratar dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
- c) Adota todas as medidas de segurança do tratamento, de acordo com o que for mais adequado ao caso:
 - i) a pseudonomização e a cifragem de dados pessoais;
 - ii) a capacidade de assegurar a confidencialidade, integridade, disponibilidade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento;
 - iii) capacidade de restabelecer a disponibilidade e o acesso aos dados pessoais de forma atempada em caso de incidente físico ou técnico;
 - iv) têm um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia das medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança do tratamento
- d) Apenas contratará outro/a subcontratante se o/a Responsável pelo Tratamento o autorizar ou, em caso de autorização prévia, comunicará ao/à Responsável pelo Tratamento a contratação de um/uma subcontratante que deverá respeitar todas as obrigações de tratamento decorrentes do RGPD e da restante legislação relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais;

- e) Prestará assistência ao/à responsável pelo tratamento através de medidas técnicas e organizativas adequadas, para permitir que este cumpra a sua obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados, tendo em vista o exercício dos seus direitos;
- f) Prestará assistência ao/à responsável pelo tratamento no sentido de assegurar o cumprimento das obrigações de segurança no tratamento, notificação à autoridade de controlo e aos/às titulares em caso de violação de dados pessoais, avaliação de impacto sobre a proteção de dados e consulta prévia, tal como previstas nos artigos 32.º a 36.º do RGPD, com as especificidades da Lei n.º 58/2019 de 8 de agosto, tendo em conta a natureza de tratamento e a informação ao dispor do subcontratante;
- g) Dependendo da opção do/a responsável pelo tratamento, apagará ou devolverá todos os dados pessoais depois de concluída a prestação de serviços relacionada com o tratamento, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo do direito da União ou dos Estados-Membros;
- h) Disponibilizará ao/à responsável pelo tratamento todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações que impendem sobre o subcontratante e facilita e contribui para as auditorias, inclusive as inspeções, conduzidas pelo/a responsável pelo tratamento ou por outro/a auditor/a por este mandatado; e
- i) Compromete-se a informar imediatamente o/a responsável pelo tratamento se considerar que alguma instrução viola o RGPD ou outras disposições do direito da União ou dos Estados-Membros em matéria de proteção de dados.

3. O incumprimento destes deveres e a verificação de inexistência de garantias de *compliance* é fundamento de resolução do presente contrato com justa causa.

Cláusula 8.ª

Dever de sigilo

1. O/A fornecedor/a deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa aos SMASTV, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que seja comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo/a prestador/a de serviços ou fornecedor/a ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 10 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE

Cláusula 9.ª

Preço contratual

1. Pelo cumprimento dos serviços objeto do contrato bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, os SMASTV devem pagar ao/à adjudicatário/a o preço e condições constantes da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor nas condições da cláusula seguinte.

2. O preço a pagar, inclui todos os custos e encargos cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público.

Cláusula 10.ª

Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelos SMASTV nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30(trinta) dias a contar da(s) entrega(s) da(s) respetiva(s) faturas - a emitir, preferencialmente, em formato eletrónico, nos termos do artigo 299.º-B, do CCP - as quais devem conter a discriminação do fornecimento objeto do contrato e só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação a que se referem.

2. Caso o/a adjudicatário/a opte pela fatura em formato eletrónico, o envio deverá ser efetuado para o endereço de correio eletrónico comunicado pelos SMAS TV após teste de validação do ficheiro XML, acompanhado de um PDF com a imagem da fatura que deverá ser certificada digitalmente e ter os dados que obrigatoriamente devem constar da fatura, incluindo o número de compromisso.
3. Nas circunstâncias referidas no número anterior deve, antes do envio da primeira fatura pelo/a adjudicatário/a, ser efetuado obrigatoriamente um teste para despistar possíveis problemas de formato e ajustes de campos extra.
4. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, em caso de discordância por parte dos SMAS TV quanto aos elementos e valores indicados na(s) fatura(s), devem estes comunicar ao/à adjudicatário/a os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária ou, na sua impossibilidade, por envio de cheque.

INCUMPRIMENTOS

Cláusula 11.ª

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente, circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham; greves ou conflitos

laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados; determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam; manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais; incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança; avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem; eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 12.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 13.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos para execução do contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, nos termos do disposto no artigo 471.º do CCP.

PARTE II
CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 14.^a

Quantidades e características mínimas, às quais a entidade adjudicante pretende que o/a adjudicatário/a se vincule

Material	Quantidade Total	Tamanhos		Descrição
Botas de Segurança	65	Nº	Quantidade	Bota em couro com acabamento pull-up. Biqueira compósito com reforço anti abrasão e palmilha em compósito de fibra de cerâmica. Sola dupla densidade em poliuretano. Metal Free. EN ISO 20345:2011 S3 SRC CI.
		36	2	
		39	4	
		40	13	
		41	19	
		42	17	
		43	5	
		46	4	
		47	1	
Sapatos de Segurança	55	Nº	Quantidade	Sapato em couro com acabamento pull-up. Biqueira compósito com reforço anti abrasão e palmilha em compósito de fibra de cerâmica. Sola dupla densidade em poliuretano. Metal Free. EN ISO 20345:2011 S3 SR CI.
		39	8	
		40	11	
		41	18	
		42	9	
		43	5	
		46	3	
		47	1	
Conjunto Parka + Calça	14	Tamanho	Quantidade	Parka AV 4 em 1. Tecido Clipper-Tex trilaminado 100% poliéster, acolchoado 180g/m²; Impermeável. Fecho frontal duplo. Punhos ajustáveis. Multibolsos. Capuz desdobrável. Faixas refletoras. EN ISO 20471 Classe 3. EN 343 Calças em tecido Clipper-Tex, impermeáveis e respiráveis, parte superior e inferior de alta visibilidade em azul, forro interno em nylon. Cintura elástica, fecho frontal coberto. 1 bolso traseiro. EN 343. EN ISO 20471. Com logotipo a cor azul escuro no peito.
		S	1	
		M	4	
		L	4	
		XL	3	
		3XL	1	
		4XL	1	
Conjunto 2 peças de fato impermeável	113	Tamanho	Quantidade	Casaco e calça em Nylon (Poliéster/PVC) de alta visibilidade com fitas refletoras. Com logotipo a cor azul escuro no peito.
		M	32	
		L	30	

com faixa refletora		XL	30	
		2XL	15	
		3XL	3	
		4XL	3	
Luva Nitrilo	150	Tamanho	Quantidade	Luva em nitrilo (NBR) sobre suporte jersey algodão. Punho em malha e dorso arejado.
		8	30	
		9	50	
		10	70	
Luvas Nylon	400	Tamanho	Quantidade	Luva sem costuras em nylon+elastano (spandex), coberta a nitrilo na totalidade, tratamento Actrifresh.
		8	100	
		9	150	
		10	150	
Luvas Pele tipo Chefe	850	Tamanho	Quantidade	Luva tipo chefe em pele, com elástico de ajuste ao pulso. EN388 NP (3132).
		8	150	
		9	350	
		10	350	
Luvas de cano alto	300	Tamanho	Quantidade	Luva em nitrilo (NBR) flocado, espessura 0,38mm e canhão com 33cm.
		8	70	
		9	115	
		10	115	
Luva impermeável com duplo revestimento	400	Tamanho	Quantidade	Luva com suporte poliamida/spandex (galga 15) com duplo revestimento de nitrilo liso e espuma de nitrilo a 3/4.
		8	100	
		9	150	
		10	150	
Luva com suporte em poliéster e revestimento em poliuretano	1500	Tamanho	Quantidade	Luva com suporte em poliéster (PES) e com revestimento de poliuretano preto na palma, Galga 13
		8	300	
		9	600	
		10	600	
Casaco de Alta visibilidade 2 em 1 com faixas refletoras	98	Tamanho	Quantidade	Casco de Alta visibilidade, Azul e amarelo, com faixas refletoras, em tecido Softshell e interior micropolar. Com capuz, punhos apertar com velcro. Com logotipo a cor azul escuro no peito
		XS	9	
		S	10	
		M	15	
		L	28	
		XI	18	
		2XL	9	
		3XL	5	
		4XL	4	

Fato Nylon p/chuva (2 peças)	47	Tamanho	Quantidade	Conjunto de chuva em /Nylon/poliéster com capucho e fecho de correr, costa ventilada, saco individual com fecho éclair de cor azul escuro sem logotipo.
		M	14	
		L	14	
		XL	14	
		2XL	5	
Capacete de segurança	12	Amarelo – 4 capacetes Laranja – 2 capacetes Verde – 3 Capacetes Azul – 3 capacetes		Capacete em ABS com estabilização UV de alta qualidade com roleta de ajuste.
Protetor Auricular	8			Protetor auricular fabricado em materiais termoplástico: ABS e PVC. Auriculares dobráveis para facilitar a sua armazenagem depois de cada utilização
Máscaras cirúrgicas	120	120 caixas cada uma com 50 máscaras		As máscaras visam a finalidade de proteção – covid-19

Cláusula 15.^a

Prazo de entrega

Após a adjudicação, o/a adjudicatário/a tem até 20 dias para a entrega de todo o equipamento de proteção individual.